

# Estudo

## Trajetória das mulheres no Distrito Federal

50 anos de conquistas

# **Trajetória das mulheres no Distrito Federal**

50 anos de conquistas

Brasília-DF, março de 2016

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Rodrigo Rollemberg**  
Governador

**Renato Santana**  
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**  
**Leany Barreiro de Sousa Lemos**  
Secretária

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**  
**Lucio Remuzat Rennó Júnior**  
Presidente

**Antônio Fúcio de Mendonça Neto**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Bruno de Oliveira Cruz**  
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

**Bruno de Oliveira Cruz**  
Diretor de Estudos e Políticas Sociais - respondendo

**Aldo Paviani**  
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

## **EQUIPE RESPONSÁVEL**

### **Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS**

Bruno de Oliveira Cruz - Diretor respondendo

### **Gerência de Estudos e Análises Transversais - GEAT**

Lídia Cristina Silva Barbosa - Gerente

### **Gerência de Estudos e Análises de Proteção Social - GEPROT**

Larissa Maria Nocko - Gerente

Thiago Mendes Rosa - Técnico

### **Agradecimentos**

Frederico Bertholini Santos Rodrigues

Maria de Fátima Siqueira

Tamara Vaz de Moraes Santos (estagiária)

### **Editoração Eletrônica**

Maurício Suda

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.....	9
3. CONDIÇÕES DE MORADIA .....	12
4. RELAÇÃO CONJUGAL E POSIÇÃO FAMILIAR .....	18
5. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
ANEXOS .....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	38

## 1. INTRODUÇÃO

As mulheres, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, são maioria no Brasil e no Distrito Federal. Elas representam 51% da população de ambos<sup>1</sup>. Não há dúvidas de que, hoje, as mulheres circulam em diversos espaços sociais, ocupam praticamente todas as profissões e decidem sobre os rumos de suas vidas. Pode-se dizer que, em certa medida, tiveram algumas conquistas do que historicamente reivindicaram (Rago, 1996).

Grande parte dessas transformações, na vida privada ou pública da população brasileira, ocorreu nas décadas seguintes ao final da Segunda Grande Guerra. Segundo Oliveira, Vieira e Marcondes (2015), fatores de natureza estrutural, material e cultural promoveram fortes mudanças que empurraram as novas gerações em direção à modernidade. O forte processo de urbanização que o país viveu impulsionou, dentre outros fatores, a escolarização e a inclusão da mulher no mercado de trabalho, transformando as vidas e as expectativas de futuro.

O aumento dos níveis de educação está associado à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Para as mulheres, segundo Melo (2010), percebe-se a relação imediata entre educação e empoderamento feminino. A melhoria da escolaridade promove aumento potencial na geração de renda, da autonomia, do controle da fertilidade e a maior participação na vida pública. Esses são fatores de extrema relevância para mudar a vida das mulheres.

É a partir da década de 70, em meio a um processo de industrialização urbana, que se formam os primeiros movimentos feministas do país. Esses primeiros grupos estavam vinculados principalmente à Igreja Católica e reivindicavam creches, melhorias nos salários e redução nos custos de vida. Com esses grupos emerge um novo perfil de mulheres na sociedade brasileira, uma mulher que vai à rua em defesa de seus direitos e necessidades e que se manifesta contra as desigualdades (Silva, 2000).

Oliveira, Vieira e Marcondes (2015), a partir do estudo das informações nacionais dos últimos cinco Censos Demográficos, defendem que as mulheres são protagonistas de uma revolução silenciosa. Elas estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e são cada dia mais escolarizadas do que os homens. Trata-se praticamente de um novo país quando se compara os dados de 1970 com 2010.

No entanto, segundo Rocha-Coutinho (2004), embora vejamos claras transformações na posição da mulher na sociedade brasileira nos últimos anos, não podemos superestimar a profundidade das mudanças, nem tampouco acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados tenham sido erradicadas.

Nas últimas cinco décadas vivemos a construção, crescimento e consolidação da Capital do país em Brasília. A transformação foi intensa, tanto em fatores estruturais quanto em fatores sociais. Diante desse cenário rico em mudanças, este estudo busca apresentar e

---

<sup>1</sup> Segundo os dados da PNAD 2014, o Brasil contava com uma população de 203 milhões de pessoas, sendo 98 milhões de homens e 104 milhões de mulheres. A população do Distrito Federal era composta por 2,8 milhões de pessoas, sendo 1,3 milhão de homens e 1,4 milhão de mulheres.

discutir as principais alterações socioeconômicas e demográficas da população feminina do Distrito Federal, no período de 1970 e 2010, a partir dos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, abordando temas como: moradia, número médio de filhos e renda. Foram utilizados recortes por grupos etários não simétricos, procurando garantir a ideia de uma comparação com contornos geracionais, quais sejam: de 18 a 24 anos, de 25 a 35 anos, de 36 a 59 anos e mais de 60 anos.

O trabalho está dividido em seis seções, incluindo essa Introdução. A segunda seção é dedicada à apresentação da composição populacional no Distrito Federal no período, trazendo informações sobre o total da população por gênero e por raça\cor. A terceira seção discorre sobre as condições de moradia, abordando a posse de casa própria, o acesso a serviços públicos básicos e a posse de bens duráveis selecionados. A quarta seção traz uma análise da situação conjugal das mulheres. A quinta seção é dedicada à análise socioeconômica, abordando temas relacionados ao número médio de filhos tidos, escolarização rendimento e desigualdade. Ao longo das seções analíticas, Finalmente, a sexta e última seção oferece as considerações finais.

Para mais detalhes dos dados disponíveis neste estudo, acesse o link:

[https://public.tableau.com/views/Diadamulher1/Story1?:embed=y&:display\\_count=yes&:showTabs=y&:toolbar=no](https://public.tableau.com/views/Diadamulher1/Story1?:embed=y&:display_count=yes&:showTabs=y&:toolbar=no)

## 2. COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A partir da construção da Nova Capital na região central do país, em meados de 1956, observou-se uma migração crescente para esse novo território. Em 1957, segundo a contagem populacional realizada pelo IBGE, já se encontravam na área destinada ao futuro Distrito Federal 12.283 habitantes, dentre os quais aproximadamente 50% residiam em territórios historicamente ocupados (Zona Rural ou cidade de Planaltina).

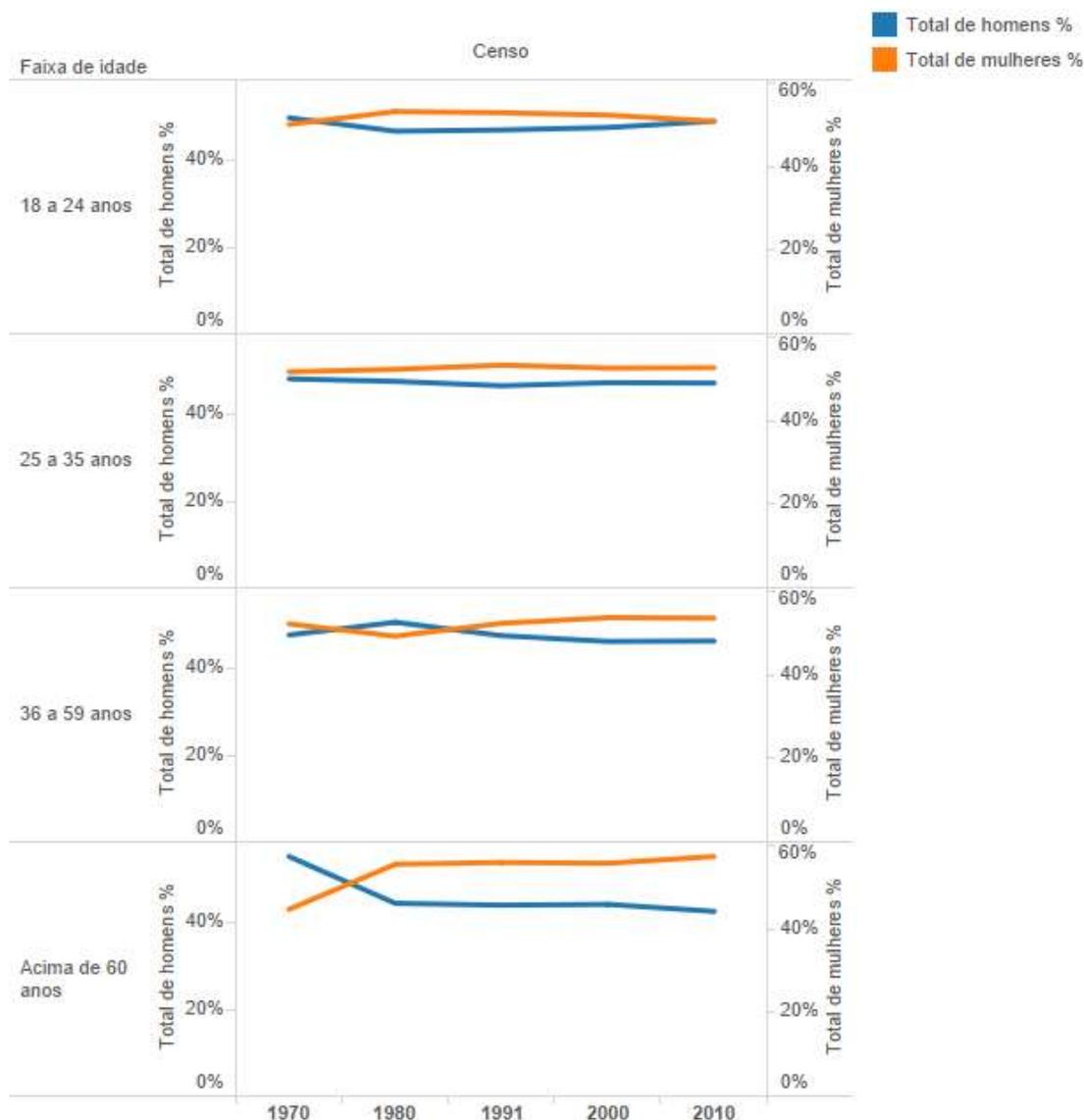
Em 1959, o IBGE realizou, utilizando o dia 17 de maio como data de referência, o primeiro Censo Experimental de Brasília, que registrou uma população de 64.314 pessoas, sendo 42.332 pessoas do sexo masculino e 21.982 pessoas do sexo feminino, proporção de praticamente dois homens para cada mulher. Nesse momento, aproximadamente 70% da população possuía menos de 29 anos e os naturais do Distrito Federal, eram apenas 11,4%, segundo o estudo da Codeplan *“Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959 - 2010”*, de maio de 2013.

Na década seguinte, segundo os dados do Censo de 1970, a população com mais de dezoito anos alcançou mais de 282 mil pessoas, sendo que o perfil etário dessa população se modificou nesse período. Ampliou-se, nessa década, o percentual de pessoas na faixa etária com idade superior a 30 anos. Em relação à composição da população, segundo o sexo, existiam mais mulheres proporcionalmente, na faixa etária de 25 a 59 anos. Nesse período, era proporcionalmente maior o percentual de homens na faixa etária mais jovem, de 18 a 24 e na faixa etária com superior a 60 anos. Em uma década, a população feminina do Distrito Federal praticamente alcança o mesmo número da população masculina.

A Figura 1 apresenta como se comportou a proporção de mulheres e homens, nas últimas cinco décadas, no Distrito Federal, entre as faixas de 18-24 anos, 25-35 anos, 36-59 anos e mais de 60 anos. Os dados demonstram que a alteração menos significativa desta composição foi observada na faixa etária de 25 a 35 anos. Historicamente, esta faixa etária apresenta a mesma tendência na sua composição, proporcionalmente existem mais mulheres que homens de 25 a 35 anos, sendo que em 1991 a diferença entre eles se ampliou, mas na década seguinte o padrão histórico foi retomado.

A faixa etária de 36 a 59 anos é a que apresentou a maior alteração em sua composição no período analisado. Na década de 70, o percentual de mulheres nesta faixa etária era de 52,3%, reduzindo para 49,3% na década de 80 e voltando ao mesmo patamar observado na década de 70 nos anos 90, 2000 e 2010.

Por fim, após uma inversão na proporção de homens e mulheres com mais de 60 anos na década de 80, observou-se uma manutenção no percentual de mulheres em relação aos homens nas décadas de 90 e 2000. Em 2010, é possível observar uma ampliação na diferença proporcional entre homens e mulheres no Distrito Federal. Nesta data, 57% das pessoas com mais de 60 anos eram mulheres, percentual um pouco mais elevado se comparado ao percentual de mulheres nesta faixa etária no Brasil, 55%.

**Figura 1** - Relação percentual homem mulher no Distrito Federal - 1970 a 2010

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

A Figura 2 apresenta a distribuição da população do Distrito Federal no período de 1980 a 2010, segundo sexo e cor/raça<sup>2</sup>. No período de 80 para 90, observa-se uma tendência, em todas as faixas etárias, da redução do percentual, tanto de mulheres quanto de homens, dos que se auto declaravam brancos. Outra tendência comum, observada em todas as faixas etárias e entre mulheres e homens foi a ampliação proporcional das pessoas que se declaravam não brancas, na última década. Uma hipótese para esse fenômeno é a ampliação de políticas e ações afirmativas para negros no país, tais como: políticas de cotas, promulgação de Estatuto da Igualdade Racial e fortalecimento das comunidades quilombolas e tradicionais. Essa gama de ações pode ter incentivado os indivíduos a se identificarem como negros.

<sup>2</sup> Os brancos são compostos pela agregação de "Branco" e "Amarelo". Os não-brancos são compostos pela agregação dos "Pretos", "Pardos" e "Indígenas". Maiores informações estão disponíveis no Anexo Técnico. O censo de 1970 não questionava a raça/cor dos indivíduos.

Entre as mulheres, destaca-se a redução da distância entre o percentual de mulheres brancas e não brancas com mais de 60 anos no período analisado. Entre a faixa etária de 36 a 59 anos, o percentual de mulheres que se auto declararam não brancas fica superior ao das que se declararam brancas na última década. Em 2000, 48,4% das mulheres de 36 a 59 anos se declaravam não brancas, em 2010 esse percentual passou para 56,4%.

**Figura 2** - Percentual de mulheres e homens segundo raça/cor - 1980 a 2010



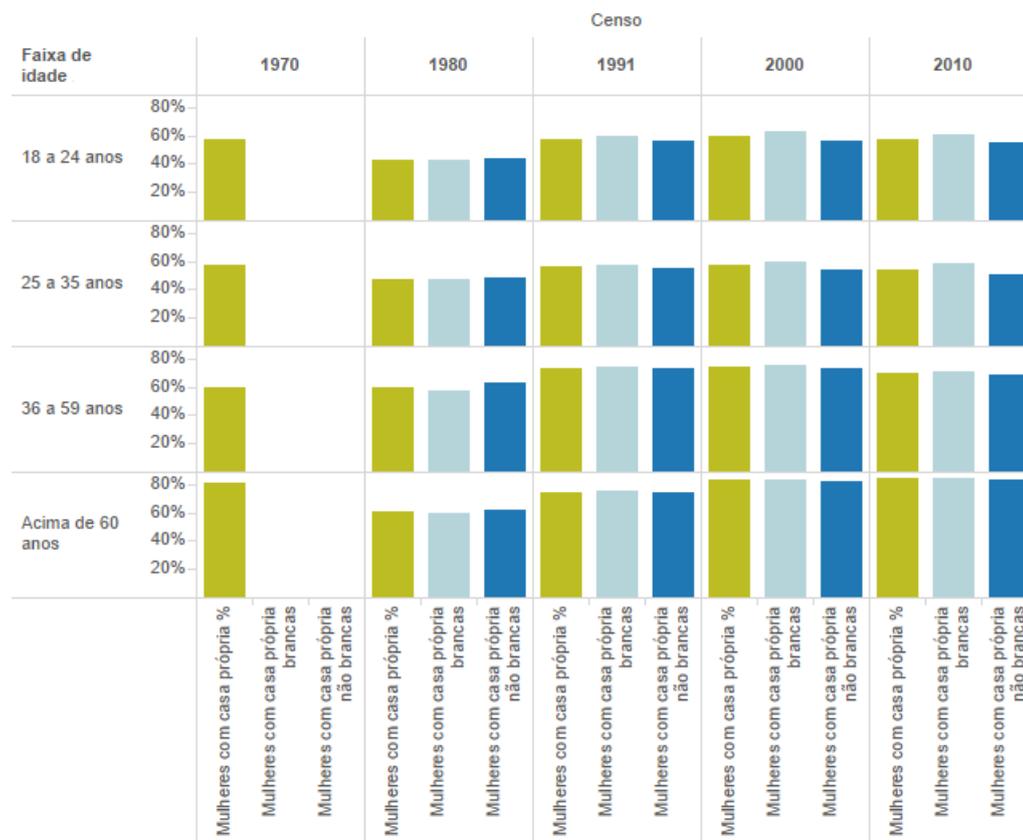
Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

### 3. CONDIÇÕES DE MORADIA

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, todas as pessoas deveriam ter acesso a uma condição adequada de moradia. No Brasil, este direito mínimo está previsto na Constituição Federal. Em estudo aplicado ao Cadastro Único, Gonçalves *et. al.* (2015) identificaram que as condições de habitação compõem o fator que mais destaca a situação de pobreza do Distrito Federal. Sendo assim, existe a pertinência de se verificar como este item tem sido disponibilizado às mulheres de Brasília ao longo das últimas cinco décadas.

A Figura 3 mostra a evolução do acesso à casa própria no período que vai de 1970 a 2010. Percebe-se que, nos primeiros anos de Brasília (1970), a casa própria era realidade para mais da metade das mulheres residentes na Capital Federal, chegando a mais de 80% das mulheres com mais de 60 anos. Na década seguinte, o percentual de mulheres com casa própria decaiu para as duas primeiras faixas etárias (cerca de 10%) e, de forma mais significativa, para a última delas (cerca de 20%). A partir dessa década, é possível distinguir a posse de residência por raça/cor. Os dados mostram que a distribuição era muito parecida entre brancas e não brancas nas duas primeiras faixas etárias. Para as mulheres acima de 35, verificava-se um acesso ligeiramente maior por parte das não brancas.

Nas décadas seguintes, as duas primeiras faixas etárias recuperaram os percentuais apresentados na década de 1970, sendo o aumento mais significativo o percentual de mulheres entre 36 e 59 anos vivendo em casa própria, chegando a 74% em 2000. No que diz respeito às diferenciações de raça/cor, é possível perceber uma diminuição na participação das mulheres não brancas no acesso às moradias próprias. Finalmente, em 2010, percebe-se que os valores percentuais eram muito parecidos com os do início do período, no qual mais da metade das mulheres possuía acesso à moradia própria, chegando a quase 70% para as mulheres de 36 a 59 anos e a mais de 80% para as mulheres com mais de 60 anos. É de se esperar que as mulheres mais velhas possuam percentual superior no acesso à casa própria, uma vez que as possibilidades de aquisição de um imóvel aumentam com o ciclo de vida. Um fato interessante dos dados mais recentes diz respeito às mulheres não brancas, ao indicar um acesso inferior vis-à-vis às mulheres brancas, principalmente para as mais novas.

**Figura 3 -** Percentual de mulheres segundo condição de ocupação do domicílio, por raça/cor - 1970 a 2010

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Uma vez investigadas as condições de posse da habitação, segue-se para a análise das condições dessas moradias. Com relação à água encanada nos domicílios, os dados mostram que, em 1970, nas três primeiras faixas de idade, pouco mais da metade das mulheres apresentavam acesso à água encanada dentro da residência, sendo o acesso maior verificado para mulheres com mais de 60 anos (77%). Ao longo das quatro décadas seguintes, o acesso a este serviço se eleva de forma expressiva, de modo que, em 2010, a água canalizada estava disponível a mais de 96% das mulheres em todas as faixas de idade.

À exemplo da água, o acesso ao esgotamento sanitário também apresenta uma melhora significativa durante o período estudado, porém tendo um alcance mais limitado ao fim do período. Em 1970, pouco mais de 1/3 das mulheres tinham seus domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário (exceto para as mulheres da última faixa de idade, em que pouco mais da metade tinha acesso a esse tipo de serviço). Se somada a fossa séptica, ainda assim menos da metade das mulheres apresentavam acesso a um serviço adequado de esgotamento sanitário<sup>3</sup> (exceto última faixa etária, que supera os 60%).

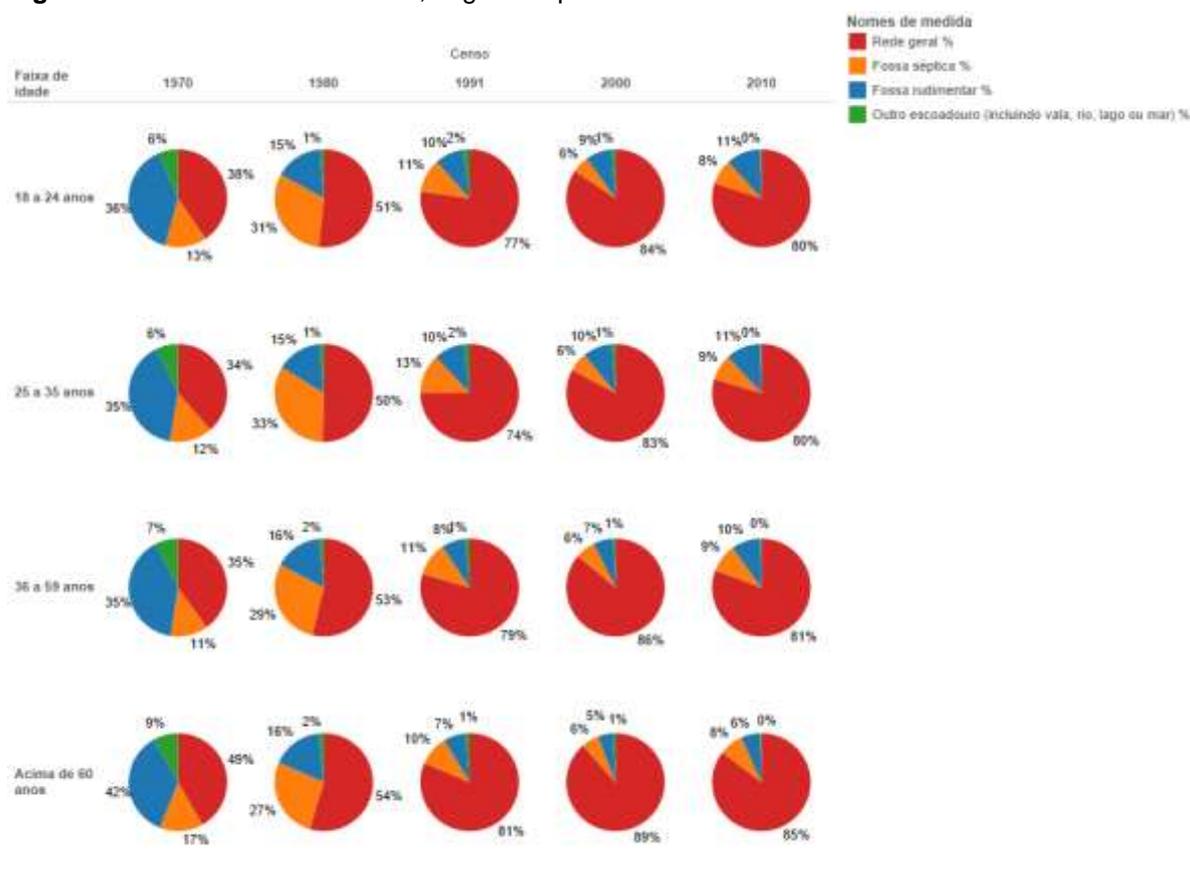
Nas três décadas seguintes, a melhoria nas condições de acesso ao esgotamento sanitário foi significativa, com destaque para a década de 1980, na qual o acesso à rede geral aumenta mais de 25 pontos percentuais em todas as faixas de idade. Um movimento

<sup>3</sup> A fossa séptica, se instalada de maneira que respeite as normas técnicas sanitárias e ambientais, é considerada como uma fonte adequada de esgotamento sanitário. Brasília, devido ao crescimento de condomínios em áreas mais isoladas nas últimas décadas, apresenta um número considerável de domicílios com esse tipo de esgotamento sanitário.

peculiar ocorreu ao longo da década de 2000, na qual o percentual de mulheres com acesso à rede geral diminuiu ligeiramente, em favor da elevação dos esgotamentos do tipo fossa séptica e rudimentar. Uma explicação para isso reside no fato da expansão de condomínios em áreas mais isoladas do Distrito Federal. Uma vez que essas novas residências acabaram por não receber ligação à rede geral de esgotamento sanitário, o número relativo de domicílios com este tipo de ligação diminuiu nos anos 2000, causando um aumento nos esgotamentos por fossa, tanto séptica quanto rudimentar. É importante ressaltar que a expansão ocorreu tanto para condomínios de alto padrão, que direcionam seu esgotamento sanitário para a opção séptica, quanto para residências em situações mais precárias, que acabam utilizando a opção rudimentar. A expansão de moradias em áreas de condomínio causou uma dispersão populacional ampliando os desafios da instalação de esgotamento sanitário nessas áreas. Desse modo, os números de 2010 foram ligeiramente inferiores aos números da década anterior.

De todo modo, é clara a melhoria das condições de acesso à água e ao esgotamento sanitário nesses 50 anos. Isso é particularmente importante na vida das pessoas, uma vez que a melhoria no acesso a esses dois serviços eleva as condições de saúde e, por consequência, as condições socioeconômicas. Libânio *et. al.* (2005) apontam que o alcance dos serviços de água e esgoto retrata melhores condições de vida para as populações (tanto para indicadores socioeconômicos, quanto para indicadores de saúde). Heller (1997), em uma extensa revisão da literatura acerca do tema, conclui que “os estudos realizados já permitem afirmar, com segurança, que intervenções em abastecimento de água e em esgotamento sanitário provocam impactos positivos em indicadores diversos de saúde” (p.72). Com isso, pode-se dizer que as faixas de idade mais novas das mulheres experimentaram condições de saúde mais elevadas a cada geração.

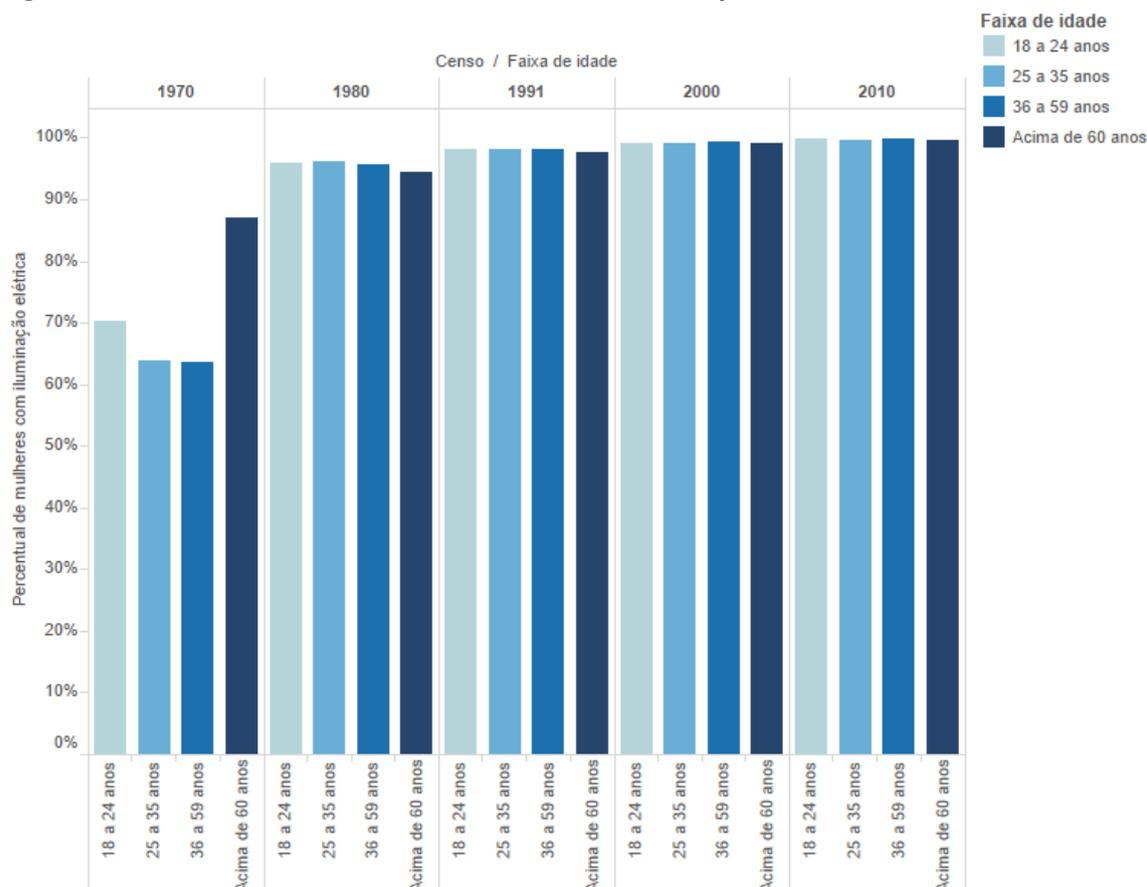
**Figura 4 -** Percentual de mulheres, segundo tipo de escoamento sanitário do domicílio - 1970 a 2010



Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Com relação à eletricidade, percebe-se que, já em 1970, a cobertura do serviço era elevada no DF, com mais de 70% das mulheres com acesso na primeira faixa de idade. Nas duas faixas seguintes o acesso foi de mais de 60% enquanto para as mulheres maiores de 60 anos o acesso era próximo de 90%. Logo na década seguinte, a disponibilização do serviço alcançou cerca de 95% das mulheres em todas as faixas etárias. A partir de 2010, pode-se dizer que este serviço é universal na Capital brasileira.

**Figura 5** - Percentual de mulheres em domicílio com iluminação elétrica - 1970 a 2010



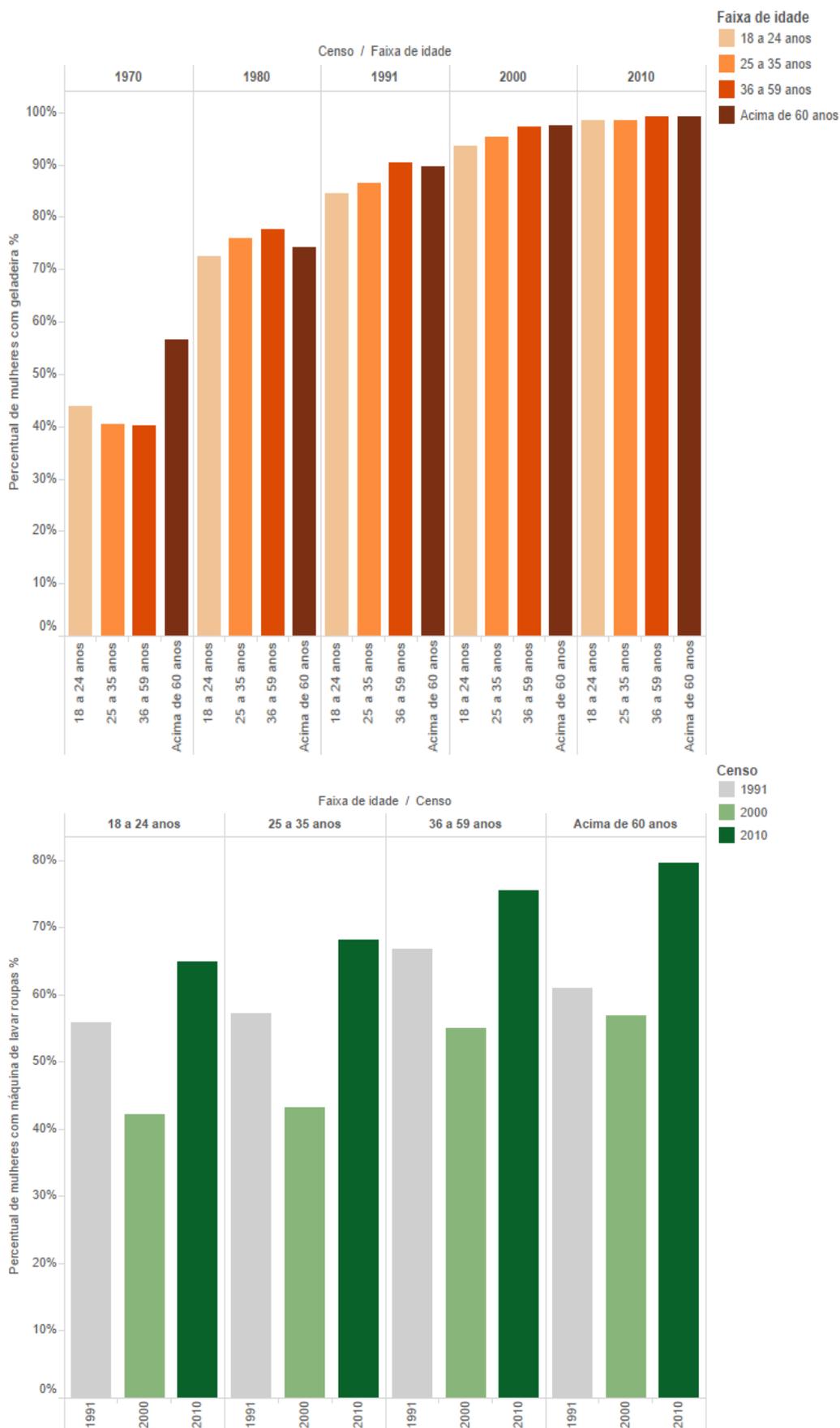
Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

A expansão do acesso à eletricidade abriu espaço para ampliação da aquisição de eletrodomésticos por parte dessas mulheres, equipamentos que visam a melhorar a qualidade de vida. A geladeira, item considerado essencial nas sociedades contemporâneas, era realidade em menos da metade dos lares femininos em 1970, exceto para a última faixa etária (56,5%). Na década seguinte, houve um salto impressionante no acesso, chegando a cerca de  $\frac{3}{4}$  das mulheres em todas as faixas etárias. Esse número se elevou nas décadas seguintes e atingiu, em 2010, mais de 98% dos domicílios.

Outro bem durável de destaque nas sociedades contemporâneas é a máquina de lavar roupas. Este item foi pesquisado apenas a partir do Censo de 1991, ano em que pouco mais da metade das mulheres tinha acesso a um equipamento que auxiliava a atividade doméstica de lavar roupas. Os dados de 2000 não são diretamente comparáveis aos dados da década anterior, uma vez que, a partir desta pesquisa, são excluídos os “tanquinhos” da investigação. Sendo assim, o Brasil chegou ao século XXI com menos da metade das mulheres com acesso a esse equipamento nas duas primeiras faixas etárias e apenas pouco mais da metade com acesso nas duas faixas etárias seguintes. Isso mostra que

grande parte dos equipamentos disponíveis nos lares de 1991 realizava um número limitado das tarefas de lavagem das roupas, exigindo ainda uma boa parcela de trabalho manual. Em 2010, já foi possível notar uma melhora significativa no acesso a esse bem em todas as faixas etárias, tendo chegado a mais de 60% das mulheres até 35 anos, mais de ¾ na faixa seguinte e quase 80% para as mulheres com mais de 60 anos. Esse eletrodoméstico é particularmente importante devido ao tempo que ele economiza nos afazeres ligados a essa tarefa. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2011), para dados de 2009, *“as mulheres que a possuem [máquina de lavar] dedicam 25,4 horas semanais [à atividade], passando para 28,2 horas quando não têm acesso a este bem”* (p.37). Uma vez que as mulheres, historicamente, são responsáveis por quase todas as atividades domésticas, o ganho de tempo proporcionado por este bem é extremamente relevante para melhoria da qualidade de vida.

**Figura 6 -** Percentual de mulheres em domicílios com geladeira e máquina de lavar roupa



Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

## 4. RELAÇÃO CONJUGAL E POSIÇÃO FAMILIAR

A constatação mais evidente com relação ao estado civil das mulheres do DF é o aumento da parcela de mulheres solteiras ao longo das décadas. Esse comportamento se deu em todas as faixas etárias e pode estar associado a fatores culturais que levam as mulheres a casar menos e/ou casar mais tarde. Entre as mulheres jovens, esse aumento de solteiras foi acompanhado pela redução do percentual de casadas, enquanto que entre as mulheres acima de 60 anos a parcela que teve redução foi a denominação “outros”, que engloba separadas, divorciadas, viúvas etc. Em 1970, o número de mulheres solteiras entre 18 e 24 anos correspondia a 59% do total de mulheres e passou a representar 87% das mulheres da mesma faixa etária em 2010. De forma similar, na década de 1970, 63% das mulheres entre 25 a 35 anos eram casadas e essa parcela passou para 37% em 2010. Já ao observar as mulheres de mais de 60 anos, nota-se um incremento tímido na parcela de casadas e de solteiras, acompanhado por uma redução de 38 pontos percentuais da denominação “outros”, o que pode estar associado, entre outros fatores, ao aumento da expectativa de vida masculina.

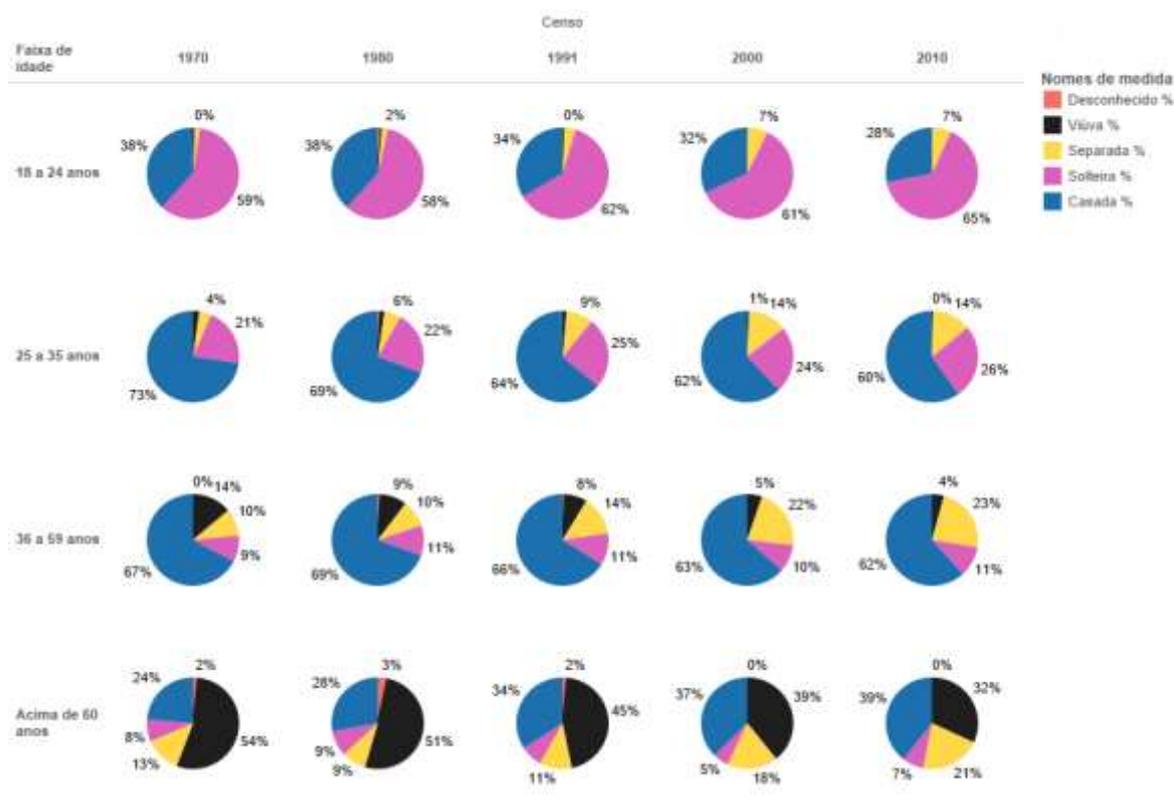
Figura 7 - Estado Civil das mulheres - 1970-2010



Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

A Figura 8 apresenta as informações sobre situação conjugal. A diferença dessa informação em relação aos dados sobre situação civil é o fato de agregar na categoria casada as mulheres em união estável. Além disso, os dados desta figura detalham o percentual de mulheres viúvas. Entre as mulheres com mais de sessenta anos é visível a redução do percentual de mulheres viúvas no período analisado. Outra informação também relevante a ser observada se compararmos a Figura 7 em relação a 8 é a ampliação do número de mulheres casadas na figura de situação conjugal nos anos mais recentes. Esta situação pode ser explicada pela promulgação da lei nº 9.278 de 1996, que regulamentou a união estável.

**Figura 8 - Situação Conjugal das mulheres no período de 1970 a 2010**



Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria. Para 1970, os dados foram extraídos a partir da base disponibilizado pelo IPUMS - Integrated Public Use Microdata Series, da Universidade do Minnesota

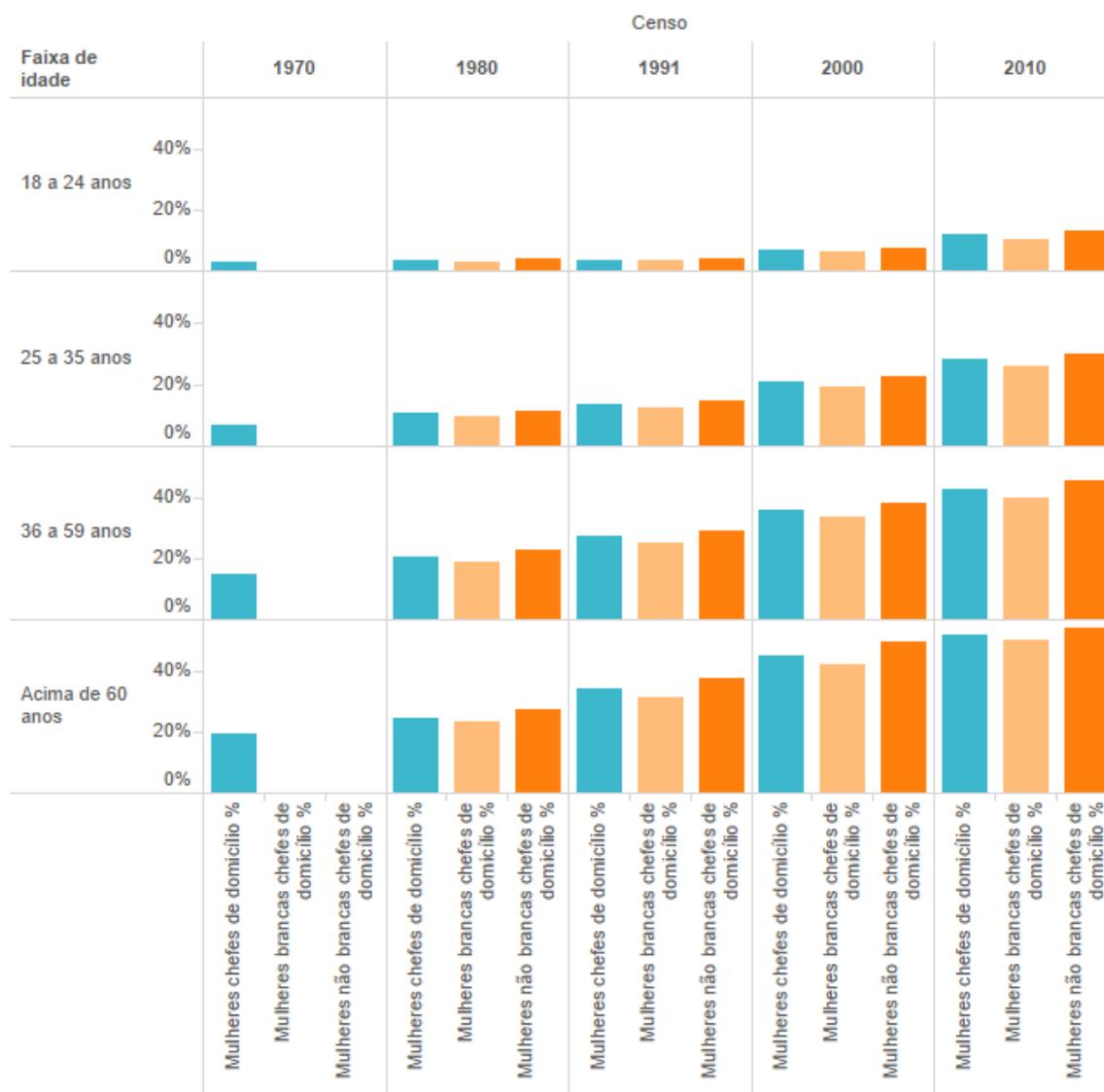
O conceito de responsável pelo domicílio se baseia na pessoa considerada pelos demais moradores como referência do domicílio (ou da família). Segundo o IBGE, o termo chefe do domicílio ou chefe da família sempre esteve associado à autoridade e responsabilidade pelos negócios da família e, na maioria dos casos, à fonte de sustento mais importante. Com o passar do tempo, a maior participação de todos os membros nas decisões familiares e o compartilhamento no sustento da família tornaram o termo “chefe” inadequado, sendo substituído a partir de 2000 por “pessoa responsável”.

A parcela de mulheres como chefes de domicílio no DF em relação à população feminina cresceu significativamente entre 1970 e 2010. Entre 18 e 24 anos, esse grupo foi de 3% para 12% do total de mulheres, e o mesmo crescimento ocorreu em todas as faixas de idade, conforme pode ser visualizado na Figura 8. A maior variação ocorreu entre aquelas acima de 60 anos, em que a participação como chefes de domicílio aumentou de 19% para 52% do total de mulheres de 1970 para 2010.

Ao se analisar o fator raça/cor, nota-se que, invariavelmente, a parcela de mulheres não brancas foi superior à de brancas como chefes de domicílio. A maior diferença entre brancas e não brancas está nas mulheres acima de 60 anos, faixa em que existe a maior participação de mulheres como chefes. Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo observando o contexto que aponta a maior parcela de mulheres responsáveis pelo domicílio (ano de 2010, na faixa acima de 60 anos e entre as mulheres não brancas), ainda são poucas as situações analisadas em que sequer metade das mulheres são chefes de domicílio, mesmo representando mais da metade da população do Distrito Federal.

**Figura 9 - Percentual de mulheres chefes de domicílio - 1970 a 2010**

**Chefes de domicílio**



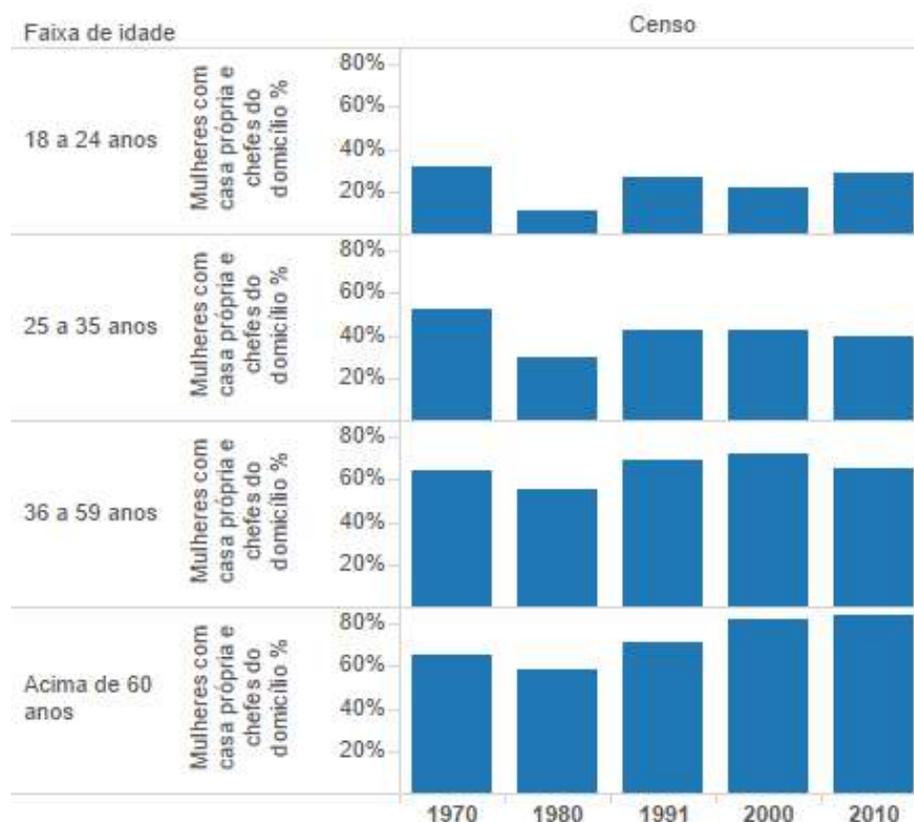
Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

A variável "chefe de domicílio" isoladamente deve ser analisada com cautela: apesar de estar diretamente relacionada ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, indicador de independência financeira, o crescimento do número de mulheres responsáveis pelo domicílio também está associado a maior quantidade de situações de monoparentalidade com chefia feminina. Lavinás e Nicoll (2006) alertam que "famílias monoparentais com chefia feminina e prole não podem ser interpretadas exclusivamente

como manifestação da pobreza, pois revelam um fenômeno de proporções bem mais amplas(...) e a chefia feminina nem sempre expressa alta vulnerabilidade(...)", mas ao mesmo tempo, ao analisar dados de 2003 identificam que "pelo menos 70% das famílias cuja pessoa de referência é do sexo feminino são arranjos monoparentais com filhos (...). Logo, chefia feminina quer dizer estar sozinha".

O ano de 1980 apresentou uma participação consideravelmente menor que nos demais anos das mulheres com casa própria e chefes de domicílio, em relação ao total de mulheres chefes de domicílios. Uma explicação para este fenômeno está associada ao aumento das condições de domicílio classificadas como imóvel cedido, que tiveram um incremento de 5% de 1970 para 1980. Além disso, até 1980, a população do DF cresceu de forma explosiva, associada também ao crescimento de favelas e ocupações ilegais que tiveram como resposta medidas do governo visando a sua urbanização na década de 1980, mas que não chegaram a ser capturadas na pesquisa de 1980.

**Figura 10** - Percentual de mulheres chefes de família com casa própria - 1970-2010



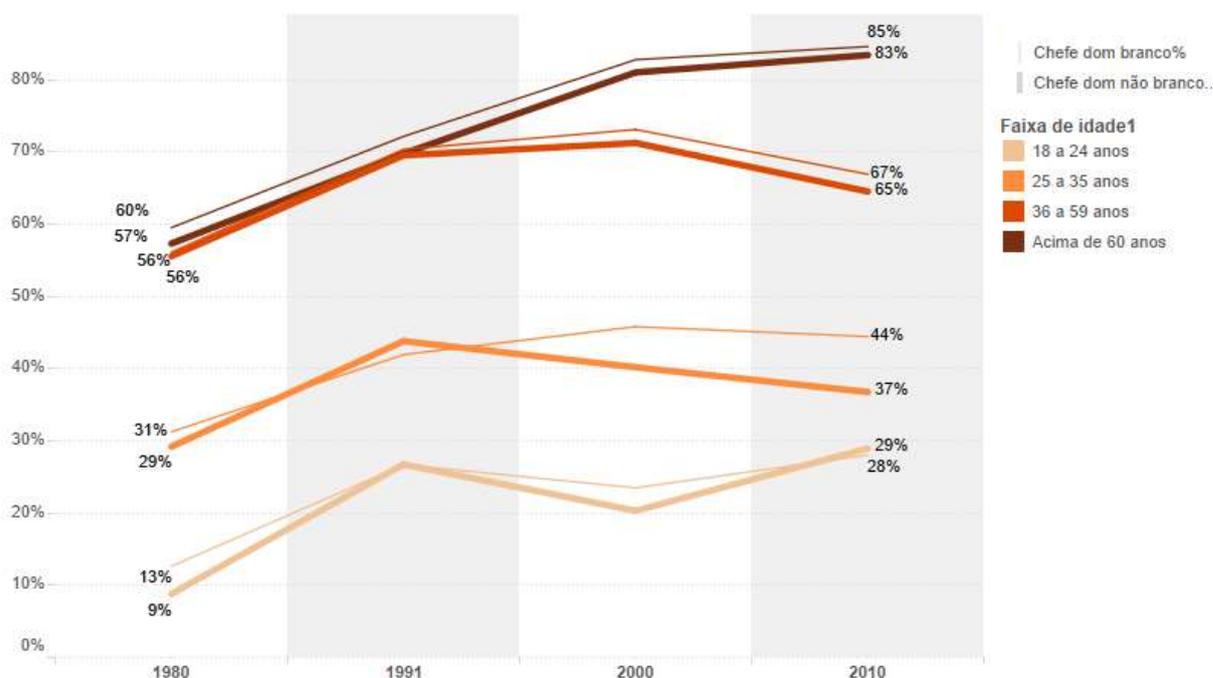
Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Segundo Caiado (2005), o Estado foi o grande promotor da ocupação do solo, atuando como planejador, construtor e financiador da ocupação, sendo ainda grande proprietário de terras, o que diferencia a ocupação em relação às demais cidades brasileiras em alguns aspectos da gestão do solo urbano.

A Figura 11 apresenta o percentual de mulheres brancas e não brancas chefes de famílias com posse do domicílio. A partir da análise dessas informações, destaca-se a ampliação percentual, em 2010, das mulheres não brancas chefes de famílias com posse do domicílio com idade de 18 a 24 anos. Outro ponto importante a ser destacado é alteração da tendência existente até 1991 do percentual de mulheres com posse de domicílios com mais

de 36 anos. A partir de 1991, amplia-se o percentual de mulheres com mais de 60 anos com posse do domicílio e reduz esse percentual para as mulheres de 36 a 59 anos.

**Figura 11** - Percentual de mulheres brancas e não brancas chefes de família e com posse do domicílio - 1970-2010



Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

## 5. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

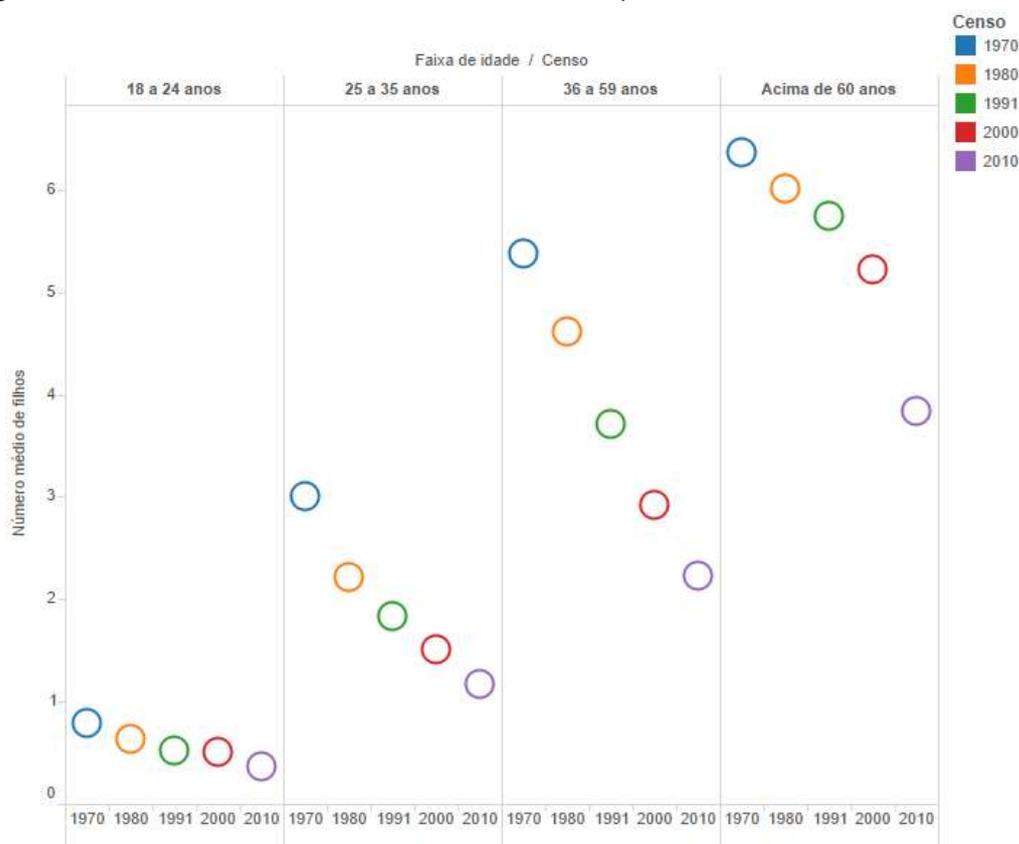
Uma das variáveis mais importantes que impactam diretamente a estrutura demográfica da população é a número médio de filhos tidos. Caetano (2004) aponta que, a partir da década de 60, iniciou-se a tendência de redução das taxas de fecundidade das mulheres brasileiras. Nesse período, o número médio de filhos, por mulher, situava-se em torno de seis, enquanto, em 2000, essa taxa atingiu 2,4 filhos por mulher, valor muito próximo do nível de reposição<sup>4</sup>.

No Distrito Federal também é possível observar essa mesma tendência de queda do número de filhos por mulheres. Essa redução significativa no número de filhos pode indicar tensões entre trabalho, família, vida pública e privada e, principalmente, mudanças no estilo de vida das mulheres. Oliveira, Vieira e Marcondes (2015), apontam que o menor número de filhos está relacionado à escolarização e à participação da mulher no mercado de trabalho. Este fato ocorre seja porque a vida lhes trouxe menos filhos, ou porque restringiram suas proles diante do interesse e/ou necessidade de ter uma ocupação. Outro fator apontado por elas é a mudança da nupcialidade nos últimos anos, a elevação da idade média das mulheres em se casar pode “atrasar” a formação das famílias e a concepção do primeiro filho.

A Figura 12 demonstra claramente a redução da variação do número médio de filhos tidos entre as faixas etárias no período analisado. Em 1970, as mulheres de 18 a 24 anos tinham em média 0,8 filhos, já entre as mulheres com mais de 60 anos essa média era de 6,37 filhos. Em 1980 essa diferença passou de 0,63 para 6,01, em 1990 passou de 0,53 para 5,57, em 2000 o número passa de 0,51 para 5,22. Por fim, em 2010, observou-se a maior redução desta variação nos últimos 50 anos. As mulheres na faixa etária de 18 a 24 possuíam em média 0,36 filhos e as com mais de 60 possuíam em média 3,84 filhos.

---

<sup>4</sup> Considera-se taxas de nível de reposição 2,1 filhos por mulher.

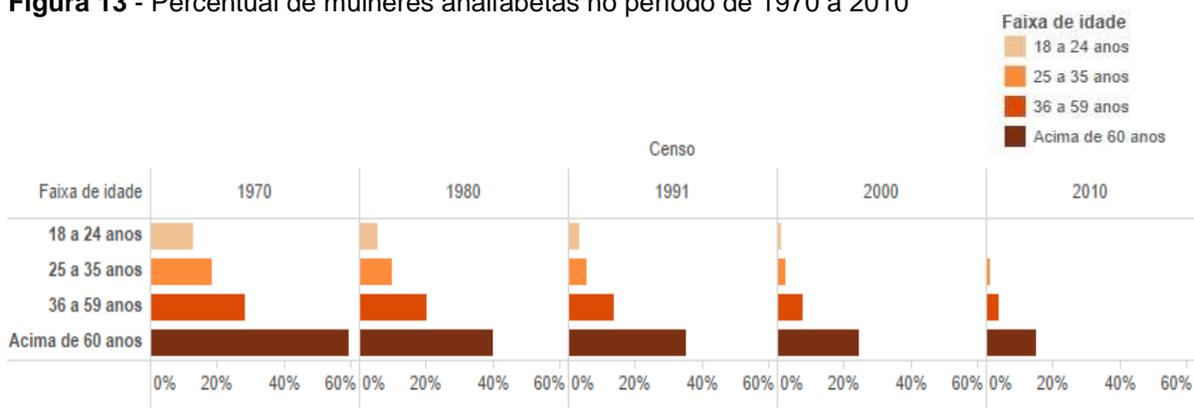
**Figura 12** - Número médio de filhos nascidos vivos no período de 1970 a 2010

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

A educação é outra variável bastante significativa e sempre está presente nas análises sobre mulheres. Neste trabalho, utilizamos a variável alfabetização, disponível em todos os últimos cinco Censos.

Os dados apresentados na Figura 12 demonstram como nas últimas décadas o número de mulheres analfabetas reduziu-se significativamente. Em 1980, eram analfabetas 13,2% das mulheres acima de 18 anos, em 2010 esse percentual abaixou para 3,8%. Em todas as faixas etárias verificou-se reduções significativas dessas taxas, mas entre as mulheres com mais de 60 anos foi observada a maior redução, de 25 pontos percentuais. Em 1980, 39% das mulheres com mais de 60 anos eram analfabetas, em 2010 eram 14,9%.

No período de 2000 para 2010 foi observada uma redução do analfabetismo de 0,9 p.p. entre as mulheres de 18 a 24 anos, de 1,4 p.p. entre as mulheres de 25 a 35 anos, de 3,6 p.p. entre as mulheres de 36 a 59 anos e 9,5 p.p. entre as mulheres com mais 60 anos. A partir das informações, podemos destacar que é resistente a tendência de maiores percentuais de mulheres analfabetas nas faixas etárias mais avançadas, refletindo a melhoria e a universalização da educação básica no país nesse período.

**Figura 13** - Percentual de mulheres analfabetas no período de 1970 a 2010

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria. Para 1970, os dados foram extraídos a partir da base disponibilizado pelo IPUMS - Integrated Public Use Microdata Series, da Universidade do Minnesota

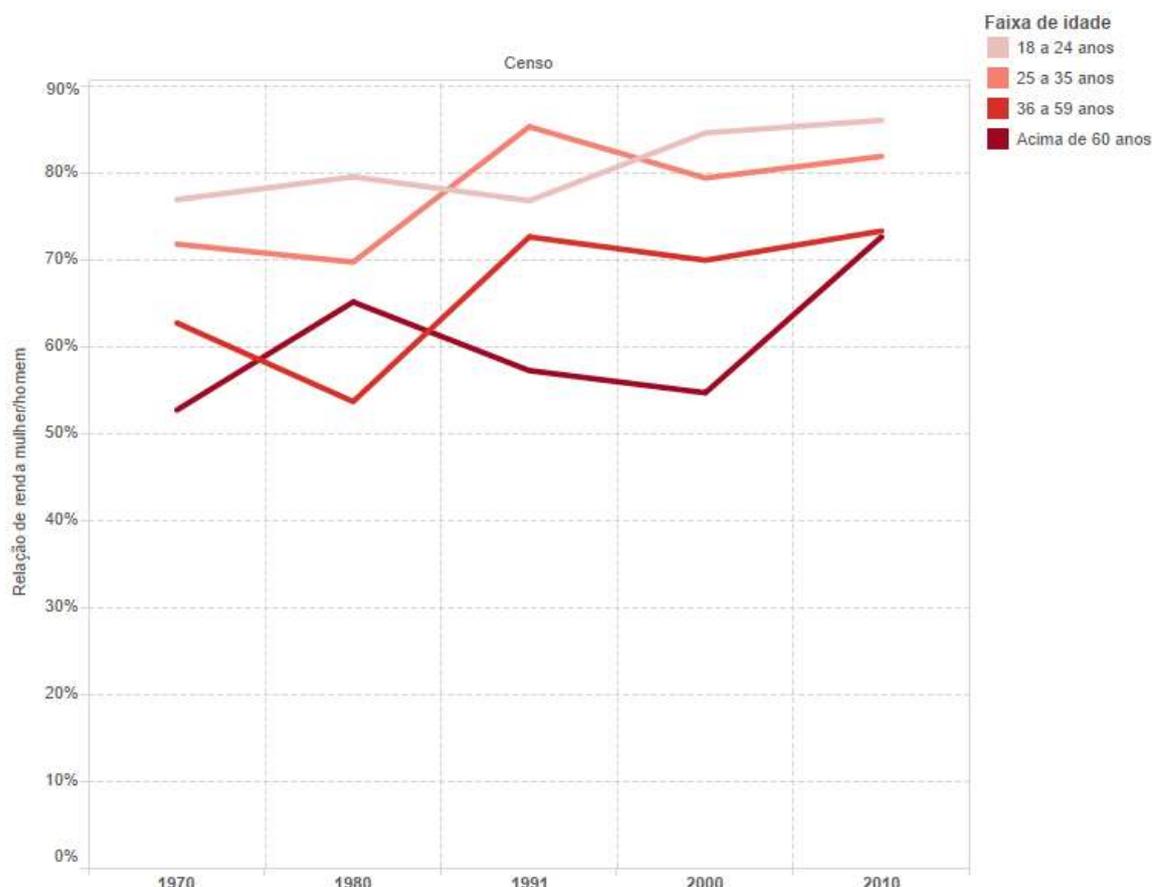
No estudo realizado por Soares (2000) é destacado que a variável renda do trabalho pode ser utilizada como uma boa *proxy* para mensurar a discriminação e a desigualdade entre grupos sociais. Para ele, existe um acordo tácito no mercado de trabalho de que as mulheres, mesmo exercendo as mesmas atividades, com a mesma qualificação, precisam ou merecem ganhar menos que os homens. Desse modo, esta variável não poderia ficar de fora desta análise temporal.

Observamos, a partir das informações apresentadas neste estudo, que nas últimas cinco décadas as mulheres do Distrito Federal tiveram alterações significativas em relação às condições de habitação, fecundidade, analfabetismo, dentre outros fatores. Em relação à renda observamos também algumas melhorias significativas. No entanto, as mulheres ainda possuem menores rendimentos de trabalho se comparado ao dos homens.

Ao longo de todo o período analisado, as mulheres das faixas etárias mais jovens, de 18 a 24 anos e de 26 a 35 anos, possuíam, em comparação com as demais faixas etárias, os salários mais próximos ao dos homens da mesma faixa etária, 80,9% e 77,7%, respectivamente. Outro ponto a ser destacado em relação à razão de renda é a redução da variação entre as faixas etárias estudadas, entre 1970<sup>5</sup> e 2010. Em 1970, existia uma diferença de 25 p.p. entre a razão de renda das faixas etárias de 18 a 24 anos em relação aos maiores de 60 anos. Em 2010, essa variação, foi reduzida em 14 p.p. entre as mesmas faixas etárias.

<sup>5</sup> Em 1970, os valores de rendimento não são exclusivamente oriundos do trabalho. Maiores informações estão disponíveis no anexo técnico.

**Figura 14** - Razão de renda do trabalho das mulheres em relação aos homens no período de 1970 a 2010



Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Sendo o DF a unidade da Federação mais desigual do país em termos de renda (e ao mesmo tempo a mais rica)<sup>6</sup>, verificar como a distribuição desse recurso ocorre entre homens e mulheres pode lançar luz a essa preocupante realidade. A Tabela 1 apresenta algumas estatísticas descritivas para a situação da renda bruta do trabalho principal ao longo das cinco décadas analisadas.

**Tabela 1** - Renda bruta do trabalho principal, segundo sexo - 1970 a 2010 (%)

	1970		1980		1991		2000		2010	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Part. Pop.</b>	74,1	25,9	64,9	35,1	59,9	40,1	56,4	43,6	53,5	46,5
<b>Razão sobre a média</b>	110,6	69,6	116,3	69,9	111,1	83,4	113,8	82,2	112,5	85,6
<b>Participação da renda</b>	82,0	18,0	75,4	24,6	66,6	33,4	64,2	35,8	60,2	39,8

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Os dados mostram que, em 1970, a participação das mulheres entre as pessoas com rendimento era bastante baixa (cerca de 26%), sendo sua renda média apenas 70% do nível médio geral. Esse fato fazia com que as mulheres detivessem uma fatia menor do total da

<sup>6</sup> Conforme dados da PNAD/IBGE de 2014, a renda per capita do DF era R\$ 2.279,70, enquanto a nacional era R\$ 1.152,24. Com relação à desigualdade, o Índice de Gini para o DF era 0,582 e o nacional era 0,518.

renda do trabalho *vis-à-vis* sua participação no mercado de trabalho. Ao longo das décadas seguintes, a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu, chegando a quase 46% do total em 2010. No período, o nível médio de renda se elevou para 85% do nível médio geral. Mesmo assim, ainda é possível observar um importante diferencial de participação. A Tabela 2 apresenta duas medidas de desigualdade de renda: o Índice de *Gini* e o T de *Theil*<sup>7</sup>.

**Tabela 2** - Duas medidas de desigualdade de renda: o Índice de *Gini* e o T de *Theil*, segundo sexo, no período de 1970 a 2010

Grupos	1970		1980		1991		2000		2010	
	Gini	T-Theil								
Homem	0,510	0,515	0,563	0,621	0,587	0,695	0,602	0,782	0,584	0,687
Mulher	0,495	0,444	0,537	0,536	0,584	0,635	0,586	0,684	0,577	0,628
DF	0,514	0,520	0,565	0,626	0,589	0,684	0,600	0,760	0,584	0,672

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Percebe-se que, no DF como um todo, a desigualdade foi uma característica marcante ao longo das últimas cinco décadas. O Índice de *Gini* disparou de 0,514, em 1970, para 0,584 em 2010 – chegando a atingir 0,600 em 2000. O mesmo salto foi visto para o T de *Theil* (0,520 para 0,672). Historicamente, a desigualdade entre as mulheres se mostra ligeiramente menor que a desigualdade entre os homens. Todavia, para ambos os gêneros, a desigualdade aumenta no período estudado, com destaque para a desigualdade entre as próprias mulheres (o *Gini* masculino no período aumentou 14%, enquanto o feminino aumentou 16%). Particularmente, a década de 1980 foi o período em que a desigualdade feminina apresentou o maior salto (o T de *Theil*, por exemplo, passou de 0,536 para 0,635). Esses movimentos fizeram com que os índices de desigualdade de homens e mulheres se aproximarem ao longo do período.

A Tabela 3 traz a decomposição do Índice T de *Theil*, ao mostrar a contribuição da desigualdade de gênero para a desigualdade total do Distrito Federal.

**Tabela 3** - Decomposição do índice T de *Theil*, segundo sexo - 1970 a 2010

Decomposição do Índice T-Theil da Desigualdade de renda entre homens e mulheres					
	1970	1980	1991	2000	2010
Absoluto	0,017	0,026	0,009	0,012	0,009
Relativo	3,4%	4,1%	1,4%	1,6%	1,3%

Fonte: Censos Demográficos/IBGE. Elaboração própria

Percebe-se que a desigualdade entre gêneros apresentou uma importante elevação durante a década de 1970, atingindo o ponto máximo em 1980 (4,1% da desigualdade total). Já na década seguinte houve uma melhoria expressiva, reduzindo o valor da contribuição para 1,4%. Ao final do período, 1,3% da desigualdade total era decorrente da desigualdade entre os dois grupos.

Esse número não significa que a diferença da renda do trabalho entre homens e mulher seja baixa e que o problema da desigualdade de gênero não exista ou que esteja resolvido em Brasília. O número apenas aponta que a desigualdade existente quando se

<sup>7</sup> Ambos os índices variam entre 0 e 1, no qual quanto mais próximo de 1 for o índice, maior é a desigualdade.

olha apenas para os homens é muito parecida com a desigualdade quando se olha apenas para as mulheres. Esse fato faz com que a diferença existente entre os dois grupos pouco contribua para explicar a desigualdade total observada no DF. Gonçalves *et. al.* (2015) apontam que, mesmo ao se considerar homens e mulheres com as mesmas condições (escolaridade, raça/cor e experiência), existe uma considerável diferença salarial de gênero no DF (variando entre 20% e 40,9%, conforme o caso).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo mostrar a trajetória das mulheres do Distrito Federal ao longo das últimas cinco décadas, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

As condições habitacionais melhoraram substancialmente ao longo do período. Enquanto o número de mulheres que morava em casas próprias em 2010 foi muito parecido com o número de 1970 (em termos percentuais), as características dessas moradias aprimoraram de maneira excepcional. O acesso à água e esgotamento sanitário adequados, além de iluminação elétrica, passaram a ser realidade para grande maioria das mulheres, em todas as faixas etárias. O acesso a esses três serviços corresponde a  $\frac{3}{4}$  do Índice de Oportunidade Humana, elaborado por Barros *et.al.* (2008). Isso mostra que as mulheres jovens do século XXI têm acesso a maiores oportunidades *vis-à-vis* as mulheres de gerações anteriores com a mesma faixa etária em suas épocas.

A cada década, as novas gerações de mulheres puderam experimentar cada vez mais oportunidades em suas vidas. O acesso aos bens duráveis de primeira necessidade, como geladeira e máquina de lavar roupas, também se elevou bastante no período analisado. Enquanto o primeiro já podia ser considerado um item universalizado para as mulheres do DF, o segundo ainda apresentava um bom espaço para crescimento, o que contribuiria para elevar a qualidade de vida dessa população.

Em relação ao estado civil das mulheres do Distrito Federal houve um aumento considerável na população de solteiras e uma redução das casadas entre às mulheres mais jovens. Fato este que pode estar associado a decisão de não casar ou casar em faixas etárias mais avançadas. Ao comparar os dados do estado civil com a situação conjugal é maior o percentual de mulheres casadas, dado que a informação de situação conjugal considera as mulheres casadas e as em união estável. Além disso, os dados indicaram um aumento do número de chefes de domicílio e que os fatores relacionados à casa própria sofrem com as idiossincrasias do processo de urbanização do Distrito Federal.

Destaca-se ainda a redução do número médio de filhos das mulheres do Distrito Federal no período analisado. Os dados de 2010, demonstraram uma redução drástica em relação às taxas observadas nos períodos anteriores. Essa redução impacta diretamente nas configurações das relações humanas, nos vínculos e nas redes de apoio. Em relação ao percentual de mulheres analfabetas, viu-se uma melhora significativa dessa situação entre todas faixas etárias. Contudo, observou-se uma persistência da presença de maiores taxas de mulheres analfabetas na faixa etária das mulheres com mais de 60 anos.

Por fim, a razão de renda demonstrou ao longo do período analisado melhorias na disparidade dos ganhos laborais da mulher em relação aos homens. No entanto, em todas as faixas de renda, persiste a tendência dos homens receberem rendimentos melhores que os das mulheres. No que tange à desigualdade, observou-se preocupante piora nos índices, tanto para o DF como um todo, quanto na análise por gênero. Isso mostra que, apesar de a Capital Federal ser bastante rica, a divisão dos recursos é bastante desigual.

Foram grandes e importantes as conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo desses 50 anos. Mudanças profundas ocorreram, fruto de muito esforço e de incansáveis lutas em busca de melhores condições de vida e de igualdade de oportunidades. Tais

conquistas devem, sem dúvidas, serem exaltadas, mas tendo em mente que ainda há um longo caminho a ser trilhado. O que foi conquistado, ao longo dessas cinco décadas, deve ser mantido e fortalecido, abrindo espaço para que as desigualdades de oportunidades para as mulheres, ainda presentes neste começo de século XXI, sejam eliminadas e que as próximas gerações possam desfrutar de uma vida mais igualitária e justa.

## **ANEXOS**

---

## Anexo técnico – Descrição das variáveis utilizadas

---

### Variáveis de rendimento

Em 1970, a variável utilizada foi a V041, que se refere ao rendimento mensal médio. De acordo com o manual do agente censitário daquele ano, os valores se referem: i) ao rendimento do último mês, quando fixos (salários, ordenados, vencimentos contratuais, soldos de militares, pensões etc.); ii) a média dos últimos doze meses, quando variáveis (honorários de profissionais liberais, comissões de vendas ou corretagens, pagamento pela prestação de serviços etc.); iii) a soma das duas importâncias descritas anteriormente, quando houvesse rendimentos fixos e variáveis; iv) a média dos valores mensalmente recebidas oriundas de donativos regularmente recebidos, aluguéis, retirada de empresários de negócios etc. Não foram computados valores decorrentes de venda de propriedades (exceto para pessoas que viviam de tal atividade), empréstimos, heranças, resgates de apólices ou capitalização (exceto quantias recebidas periodicamente por seguros de renda vitalícia) e ganhos de loterias e outros jogos (exceto para jogadores profissionais).

Em 1980, a variável utilizada para renda foi a V607 e a V608, que se referiam ao rendimento médio mensal bruto, recebido em dinheiro, na ocupação principal e o valor estimado recebido em produtos. A primeira variável correspondia ao valor recebido em agosto de 1980 ou ao último mês trabalhado, incluindo valores de imposto pago na fonte, contribuição da previdência, sindicatos etc. Quando os rendimentos eram variáveis, foi computada a média dos 12 meses ou dos últimos meses trabalhados. A segunda variável correspondia ao valor estimados dos recebimentos em produtos.

Em 1991, a variável utilizada para renda foi a V0356, que se referia ao rendimento bruto recebido na ocupação principal, durante o mês de agosto daquele ano.

Em 2000, a variável de renda utilizada foi a V4512, que se referia ao rendimento bruto mensal no trabalho principal para o mês de julho daquele ano. Os valores variáveis seguem as metodologias anteriores, sendo computados pela média das remunerações. Os recebimentos em produtos foram convertidos em valores monetários e computados nessa variável.

Em 2010, a variável utilizada foi a V6511, que se referia ao valor do rendimento bruto (ou retirada) mensal no trabalho principal. Os valores variáveis seguem as metodologias anteriores, sendo computados pela média das remunerações. Os recebimentos em produtos foram convertidos em valores monetários e computados nessa variável.

### Propriedade

Em 1970, a variável utilizada foi a V009, que se referia à condição de ocupação. Foi considerada casa própria as situações “Próprio já pago” e “Próprio em aquisição”.

Em 1980, a variável utilizada foi a V209, que se referia à condição de ocupação. Foi considerada casa própria as situações “Próprio, já acabou de pagar” e “Próprio, não acabou de pagar”.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0208, que questionava a condição de ocupação do domicílio. Foram utilizadas as opções “Próprio – a construção e o terreno” e a opção “Próprio – só a construção”.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0205, que questionava a condição a condição do domicílio. Foram utilizadas as opções “Próprio – já pago” e a opção “Próprio – ainda pagando”.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0201, que questionava a condição a condição do domicílio. Foram utilizadas as opções “Próprio de algum morador – já pago” e a opção “Próprio de algum morador– ainda pagando”.

## **Abastecimento de água**

Para todos os anos, utilizou-se as informações disponibilizadas na base de dados elaborada pelo IPUMS - Integrated Public Use Microdata Series, da Universidade do Minnesota, através da variável “*Water supply*”.

## **Iluminação elétrica**

Em 1970, a variável utilizada foi a V014, que questionava a posse de iluminação elétrica.

Em 1980, a variável utilizada foi a V217, que questionava a iluminação elétrica. Foi considerado como acesso ao serviço as opções “Tem – com medidor” e “Tem – sem medidor”.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0221, que questionava a iluminação. Foi considerado como acesso ao serviço as opções “Elétrica, com medidor” e “Elétrica, sem medidor”.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0213, que questionava a existência de iluminação elétrica.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0211, que questionava a existência de energia elétrica. Foram utilizadas as opções “Sim, de companhia distribuidora” e “Sim, de outras fontes”.

## **Tipo de escoadouro**

Em 1970, a variável utilizada foi a V013, que questionava o tipo de instalação sanitária. As informações sobre rede geral, fossa séptica e fossa rudimentar foram diretamente utilizadas. A opção “Outro escoadouro” advém da junção das opções “outro escoadouro” e “não tem”.

Em 1980, a variável utilizada foi a V207, que questionava o tipo de instalação sanitária. As informações sobre rede geral, fossa séptica e fossa rudimentar foram diretamente utilizadas. A opção “Outro escoadouro” advém da junção das opções “outro” e “não tem”.

Em 1991, a variável utilizada foi a V206, que investigava o tipo de instalação sanitária. As informações sobre rede geral e fossa rudimentar foram coletadas diretamente. As informações sobre fossa séptica foram obtidas da soma das opções “Fossa séptica ligada à rede pluvial” e “fossa séptica sem escoadouro”. As opções “Não tem”, “Vala negra”, “Outro” e “Não sabe” foram agregadas na denominação outro.

Em 2000, a variável utilizada foi a V211, que investigava o tipo de escoadouro. As informações sobre rede geral, fossa séptica e fossa rudimentar foram diretamente utilizadas. A opção “Outro escoadouro” advém da junção das opções “outro escoadouro”, “vala” e “Rio, lago ou mar”.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0207, que investigava o tipo de esgotamento sanitário. As informações sobre rede geral, fossa séptica e fossa rudimentar foram diretamente utilizadas. A opção “Outro escoadouro” advém da junção das opções “outro”, “vala” e “Rio, lago ou mar”.

## Estado Civil

Em 1970, foi utilizada a variável V040, que questionava o estado conjugal. Foi utilizada como casada a soma das opções “Casamento no civil e no religioso”, “casamento só no civil” e “casamento só no religioso”. As mulheres solteiras foram coletadas diretamente e as outras situações foram originadas da soma das opções “sem declaração”, “consensual ou outro”, “separado”, “desquitado”, “divorciado” e “viúvo”.

Em 1980, foi utilizada a variável V526, que questionava o estado conjugal. Foi utilizada como casada a soma das opções “Civil e Religioso”, “Só Civil” e “Só religioso”. As mulheres solteiras foram coletadas diretamente e as outras situações foram originadas da soma das opções “Viúvo”, “Outra”, “Separado”, “Desquitado”, “Divorciado” e “Sem declaração”.

Em 1991, foi utilizada a variável V3342, que questionava a situação conjugal atual da pessoa. Foi utilizada como casada a soma das opções “Casada em 1ª união”, “Casada em outra união” e “Casada com o número de uniões ignorado”. As mulheres solteiras foram coletadas diretamente e as outras situações advêm da opção “Separada, desquitada, divorciada ou viúva”.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0438, que questionava o estado civil. As mulheres casadas e solteiras foram coletadas diretamente, enquanto as outras foram agrupadas pelas opções “Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente”, “Divorciado(a)” e “Viúvo(a)”.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0640, que questionava o estado civil. As mulheres casadas e solteiras foram coletadas diretamente, enquanto as outras foram agrupadas pelas opções “Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente”, “Divorciado(a)” e “Viúvo(a)”.

## Situação Conjugal

Para todos os anos, utilizou-se as informações disponibilizadas na base de dados elaborada pelo IPUMS - Integrated Public Use Microdata Series, da Universidade do Minnesota, através da variável “*marital status*”.

## **Filhos nascidos vivos**

Em 1970, a variável utilizada foi a V050, que corresponde à quantidade de filhos nascidos vivos até a data do Censo.

Em 1980 a variável utilizada foi a V550, que corresponde a quantidade de filhos tidos nascidos vivos.

Em 1991 a variável utilizada foi a V3354, que correspondia ao total de filhos(as) tidos(as) nascidos(as) vivos(as).

Em 2000 a variável utilizada foi a V4620, que correspondia ao total de filhos nascidos vivos.

Em 2010 a variável utilizada foi a V6633, que correspondia ao total de filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010.

## **Sexo**

Em 1970, a variável utilizada foi a V023.

Em 1980, a variável utilizada foi a V501.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0301.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0401.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0601.

## **Idade**

Em 1970, a variável utilizada foi a V027, que corresponde a idade em meses ou anos (para moradores menores de 1 ano, a informação é computada em número e meses).

Em 1980, a variável utilizada foi a V606, que corresponde a idade mensurada em anos.

Em 1991, a variável utilizada foi a V3072, que corresponde a idade mensurada em anos completos.

Em 2000, a variável utilizada foi a V4752, que corresponde a idade mensurada em anos completos para pessoas a partir de 1 ano.

Em 2010, a variável utilizada foi a V6036, que corresponde a idade calculada em anos.

## **Geladeira**

Em 1970, a variável utilizada foi a V017, que questionava a posse de geladeira.

Em 1980, a variável utilizada foi a V219, que questionava a posse de geladeira.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0222, que questionava a posse de geladeira.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0215, que questionava a existência de geladeira ou freezer no domicílio.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0216, que questionava a existência de geladeira.

### **Máquina de lavar roupa**

Em 1970, esta variável não foi investigada.

Em 1980, esta variável não foi investigada.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0226, que investigava a posse de máquina de lavar roupas. Nesse ano, os “tanquinhos” estavam incluídos na investigação.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0217, que investigava a posse de máquina de lavar roupas. Nesse ano, os “tanquinhos” NÃO foram considerados na investigação.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0215, que investigava a posse de máquina de lavar roupas. Nesse ano, os “tanquinhos” NÃO foram considerados na investigação.

### **Raça/cor**

Em 1970, esta variável não foi investigada.

Em 1980, a variável utilizada foi a V509. Os brancos foram obtidos pela soma das opções “Branco” e “Amarelo”. Os não brancos, foram obtidos pela soma das opções “Preto” e “Pardo”. Nesse ano, os indígenas eram inseridos na opção “pardo”.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0309. Os brancos foram obtidos pela soma das opções “Branco” e “Amarelo”. Os não brancos, foram obtidos pela soma das opções “Preto”, “Pardo” e “Indígena”.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0408. Os brancos foram obtidos pela soma das opções “Branco” e “Amarelo”. Os não brancos, foram obtidos pela soma das opções “Preto”, “Pardo” e “Indígena”.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0606. Os brancos foram obtidos pela soma das opções “Branco” e “Amarelo”. Os não brancos, foram obtidos pela soma das opções “Preto”, “Pardo” e “Indígena”.

### **Chefe/responsável pelo domicílio**

Em 1970, a variável utilizada foi a V025, que questionava o parentesco ou a relação com o chefe da família. A opção utilizada foi “Chefe da família”. Nesse ano, o chefe era definido como a pessoa responsável pelo domicílio.

Em 1980, a variável utilizada foi a V503, que questionava a relação das pessoas com o chefe do domicílio. A opção utilizada como chefe foi a “Chefe”. Nesse ano, o chefe era definido como a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0302, que questionava a condição no domicílio às pessoas. Foi utilizada como chefe a opção “Chefe”.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0302, que questionava a relação com o responsável pelo domicílio. Foi utilizada como chefe a opção “Pessoa responsável”. Nesse ano, o conceito para pessoa responsável era a pessoa (homem ou mulher), responsável pelo domicílio, ou que assim seja considerada pelos demais moradores.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0502, que questionava a relação de parentesco ou convivência com a pessoa responsável pelo domicílio. Foi utilizada como chefe a opção “Pessoa responsável pelo domicílio”. Nesse ano, o conceito para pessoa responsável era a pessoa (homem ou mulher), de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar.

## **Alfabetização**

Em 1970, a variável V035 não apresentava um bom preenchimento e optou-se por não a utilizar. Foi utilizada a variável equivalente “*Literacy*”, disponibilizada na base de dados elaborada pelo IPUMS - Integrated Public Use Microdata Series, da Universidade do Minnesota.

Em 1980, a variável utilizada foi a V519, que questionava se a pessoa sabia ler e escrever.

Em 1991, a variável utilizada foi a V0323, que questionava a alfabetização das pessoas.

Em 2000, a variável utilizada foi a V0428, que questionava se a pessoa sabia ler e escrever.

Em 2010, a variável utilizada foi a V0627, que questionava se a pessoa sabia ler e escrever.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Ricardo Paes de; FERREIRA, Francisco. H. G; VEGA, José. R. M e CHANDUVI, Jaime Saavedra. *“Mediando la Desigualdad de Oportunidades en la América Latina y el Caribe”*. Banco Mundial (2008).
- CAETANO, A. J. "O declínio da fecundidade e suas implicações: uma introdução." *Dez anos do Cairo: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil. Campinas: Abep e UNFPA* (2004): 11-19.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010. Demografia em foco: Brasília, 2013.*
- GONÇALVES, F. O.; ZGIET, J.; ANDRADE, S. F. R. MENDES ROSA, T. O trabalho feminino no Distrito Federal: determinantes da participação no Mercado e do salário das mulheres. TD - N. 1 (2015) - - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015.
- HELLER, L. Saneamento e saúde. In: **Saneamento e saúde**. OPS, 1997. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaiia/fulltext/saneamento97.pdf>. Acessado em: 03/03/2016.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acessado em: 01/03/2016.
- LAVINAS, L.; NICOLL, M. *Atividade e Vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco?* DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 1, 2006, pp. 67 a 97.
- LIBÂNIO, P. A. C.; CHERNICHARO, C. A. L.; NASCIMENTO, N. O. A dimensão da qualidade de água: avaliação da relação entre indicadores sociais, de disponibilidade hídrica, de saneamento e de saúde pública. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 219-228, 2005.
- OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. *“Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências”*. In: Arretche, Martha. (Org.). *Trajetória das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: editora Unesp, 2015. 309-334.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acessado em: 03/03/2016.
- RAGO, M. *“Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil.”* Cadernos AEL 2.3/4 (2012).
- ROCHA-COUTINHO, M. L. *“Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil.”* Temas em Psicologia 12.1 (2004): 02-17.

- SOARES, S.; SUAREZ, D. "*Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.*" (2000).  
Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD\\_769.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf).  
Acessado em: 02/03/2016.
- SILVA, S. M. V. "Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações." (2000),  
Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20BRasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acessado em: 02/03/2016.

**Companhia de Planejamento  
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal  
SAM, Bloco H, Setores Complementares  
Ed. Sede CODEPLAN  
CEP: 70620-080 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)